



# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de  
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

# **Relatório da Administração Regulatório**

## ***Mensagem da Administração***

A Administração da Interligação Elétrica Minas Gerais 9 S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S<sup>as</sup>. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidor e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança.

Composto pela linha de Transmissão Neves 1 - Mesquita, 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 172 km, com origem na Subestação Neves 1 e término na Subestação Mesquita, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais e do lote arrematado pela Controladora ISA CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Triângulo Mineiro) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e/ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Nova Ponte – Araxá 3 e Nova Ponte – Uberlândia 10, com extensão aproximada de 173 km. O projeto obteve o Termo de Liberação de Receita (“TLR”) junto ao ONS, com 20 meses de antecipação em relação ao prazo ANEEL. Em 31 de dezembro de 2023, o TLR faz jus ao recebimento de 77% do total da Receita Anual Permitida (“RAP”) no montante de R\$29.469 (ciclo tarifário 2023/2024) e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 100,00%.

## ***Audidores Independentes***

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

## ***Encerramento e Agradecimentos***

A Administração da Companhia agradece a confiança de seu acionista, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus prestadores de serviços, destacando a elevada competência do corpo técnico e de seu acionista pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

## **A Administração**

## ÍNDICE

Balancos patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	10
3. Políticas contábeis regulatórias materiais.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador .....	17
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias .....	18
8. Imobilizado.....	19
9. Intangível.....	22
10. Fornecedores .....	24
11. Tributos e encargos sociais a recolher .....	24
12. Encargos regulatórios a recolher .....	24
13. Provisões .....	24
14. Patrimônio líquido.....	25
15. Receita operacional bruta .....	26
16. Resultado financeiro.....	27
17. Imposto de renda e contribuição social .....	27
18. Transações com partes relacionadas.....	28
19. Instrumentos financeiros .....	29
20. Seguros .....	30
21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	31
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	38

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	263	949
Aplicações financeiras	6	7.657	3.774
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	4.937	1.628
Estoques		1.440	924
Serviços em curso		9	16
Tributos e contribuições a compensar		13	24
Despesas pagas antecipadamente		170	-
Outros		1.606	1.486
		<b>16.095</b>	<b>8.801</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
PIS e COFINS diferidos		31	-
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	82	172
		<b>113</b>	<b>172</b>
Imobilizado	8	608.424	438.887
Intangível	9	21.497	52.057
		<b>629.921</b>	<b>490.944</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>646.129</b>	<b>499.917</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Arrendamento		80	64
Fornecedores	10	2.846	8.056
Tributos e encargos sociais a recolher	11	2.886	1.924
Encargos regulatórios a recolher	12	55	23
Partes relacionadas	18	701	435
Outros		309	230
		<b>6.877</b>	<b>10.732</b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento		402	368
Provisões para demandas judiciais	13	1.496	333
Impostos e contribuições sociais diferidos		31	9
Encargos regulatórios a recolher	12	101	8
		<b>2.030</b>	<b>718</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14 (a)	551.073	428.907
Reservas de lucros	14 (c)	86.149	59.560
		<b>637.222</b>	<b>488.467</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>646.129</b>	<b>499.917</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
<b>Operações em continuidade</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	15	39.301	24.008
		<b>39.301</b>	<b>24.008</b>
<b>Tributos</b>			
PIS		(256)	(156)
COFINS		(1.180)	(721)
		<b>(1.436)</b>	<b>(877)</b>
<b>Encargos</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR		(627)	(550)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(77)	(87)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(368)	(223)
		<b>(1.072)</b>	<b>(860)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>36.793</b>	<b>22.271</b>
<b>Custos e despesas</b>			
Pessoal		(462)	(214)
Material		(354)	(193)
Serviços de terceiros		(6.962)	(5.272)
Provisão para demandas judiciais		140	(8)
Depreciação e amortização		(4.049)	(3.981)
Seguros		(209)	(50)
Doações, contribuições e subvenções		-	(11)
Arrendamento e aluguéis		(191)	(165)
Tributos		(4)	(3)
Outras despesas operacionais		2.918	(2.267)
Gastos diversos		(93)	(62)
		<b>(9.266)</b>	<b>(12.226)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>27.527</b>	<b>10.045</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	16	711	311
Despesas financeiras	16	(211)	(64)
		<b>500</b>	<b>247</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>28.027</b>	<b>10.292</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	17	(1.438)	(819)
Diferido		-	(2)
		<b>(1.438)</b>	<b>(821)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>26.589</b>	<b>9.471</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>0,04825</b>	<b>0,02208</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	26.589	9.471
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b><u>26.589</u></b>	<b><u>9.471</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Reserva de retenção de lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>139.321</b>	<b>435</b>	<b>2.069</b>	<b>47.585</b>	-	<b>189.410</b>	
Aumento de capital	14 (a)	289.586	-	-	-	-	289.586	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.471	9.471	
Destinação do lucro								
Reserva legal	14 (c)	-	(435)	-	-	435	-	
Reserva especial de dividendo não distribuído	14 (c)	-	-	(2.069)	-	2.069	-	
Reserva de retenção de lucros	14 (c)	-	-	-	11.975	(11.975)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>428.907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.560</b>	<b>-</b>	<b>488.467</b>	
Aumento de capital	14 (a)	122.166	-	-	-	-	122.166	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.589	26.589	
Destinação do lucro								
Reserva de retenção de lucros	14 (c)	-	-	-	26.589	(26.589)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>551.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.149</b>	<b>-</b>	<b>637.222</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>26.589</b>	<b>9.471</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.049	3.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	2
PIS e Cofins diferidos	31	3
Provisão para demandas judiciais	1.334	(1.959)
Valor residual de ativo permanente baixado	195	142
Receita sobre aplicações financeiras	(328)	(223)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	11	60
	<u>31.903</u>	<u>11.477</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias e permissionárias	(3.219)	(427)
Despesas pagas antecipadamente	(170)	7
Serviços em curso	7	103
Estoques	(516)	(104)
Tributos e contribuições a compensar	11	13
Adiantamento a fornecedores	-	3.647
Outros	(266)	2.073
	<u>(4.153)</u>	<u>5.312</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(5.210)	11.992
Tributos e encargos sociais a recolher	1.993	2.199
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.031)	(645)
Encargos regulatórios a recolher	125	(26)
Partes relacionadas	266	(3.835)
Provisões	(220)	(840)
Outros	79	45
	<u>(3.998)</u>	<u>8.890</u>
<b>Fluxo caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>23.752</b>	<b>25.679</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	(23.486)	(19.664)
Resgates de Aplicações financeiras	19.931	17.453
Aquisição de Imobilizado (nota 8 (b))	(143.007)	(309.533)
Intangível (nota 9 (b))	-	(3.217)
	<u>(146.562)</u>	<u>(314.961)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(146.562)</b>	<b>(314.961)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de arrendamentos	(42)	(68)
Aumento de capital (nota 14 (a))	122.166	289.586
	<u>122.124</u>	<u>289.518</u>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>122.124</b>	<b>289.518</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(686)</b>	<b>236</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	949	713
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>263</u>	<u>949</u>
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(686)</b>	<b>236</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 13 de dezembro de 2006, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

#### 1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
004/2007 (i)	30	23.04.37	5	2027	IPCA	19.726	06/23
007/2020 (ii)	30	20.03.50	5	2025	IPCA	42.099	06/23

(i) Linha de Transmissão Neves 1 - Mesquita, 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 172 km, com origem na Subestação Neves 1 e término na Subestação Mesquita, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais, que entrou em operação em 19 de dezembro de 2008.

(ii) Lote arrematado pela Controladora no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Triângulo Mineiro) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e/ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Nova Ponte – Araxá 3 e Nova Ponte – Uberlândia 10, com extensão aproximada de 173 km. O projeto obteve o Termo de Liberação de Receita (“TLR”) junto ao ONS, com 20 meses de antecipação em relação ao prazo ANEEL. Em 31 de dezembro de 2023, o TLR faz jus ao recebimento de 77% do total da Receita Anual Permitida (“RAP”) no montante de R\$29.469 (ciclo tarifário 2023/2024).

O Contrato de Concessão nº 004/2007, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

### 2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

#### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 21 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13).

## **3 Políticas contábeis regulatórias materiais**

### **3.1 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

### **3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2012.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### 3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

#### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

#### (b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

##### (i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

##### (ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 12).

##### (iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

### 3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### (a) Ativos financeiros

#### (i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito e aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

#### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

#### (iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### 3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

### 3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 15.3), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

### 3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

### 3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 9 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

### 3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 13 (a).

### 3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### 3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos		263	206
Equivalentes de Caixa			
CDB	101,2%	-	743
		<u>263</u>	<u>949</u>

### 6 Aplicações financeiras

	<b>Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023</b>		
	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		5.082	3.765
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	107,7%	2.575	9
		<u>7.657</u>	<u>3.774</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- **Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI:** fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

### 7 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

	Corrente a vencer		Corrente vencida			2023	2022
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
<b>Transmissão de Energia</b>							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.867	23	40	7	82	5.019	1.800
	<b>4.867</b>	<b>23</b>	<b>40</b>	<b>7</b>	<b>82</b>	<b>5.019</b>	<b>1.800</b>

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

#### (a) Imobilizado em serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
<b>Transmissão</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	906	-	-	-	906	-	(485)	421	452
Máquinas e equipamentos	127.439	-	(195)	683	127.927	488	(54.466)	73.461	76.751
Móveis e utensílios	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Administração</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	604	130	-	-	734	130	(265)	469	415
Máquinas e equipamentos	1.190	-	-	24	1.214	24	(327)	887	940
Veículos	149	-	-	-	149	-	(149)	-	-
Móveis e utensílios	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>23</u>	<u>24</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>130.319</u></b>	<b><u>130</u></b>	<b><u>(195)</u></b>	<b><u>707</u></b>	<b><u>130.961</u></b>	<b><u>642</u></b>	<b><u>(55.700)</u></b>	<b><u>75.261</u></b>	<b><u>78.582</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) Imobilizado em curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
<b>Transmissão</b>									
Máquinas e equipamentos	187.602	44.814	-	11.005	243.421	55.818	-	243.421	187.602
Outros	172.672	98.158	-	(11.226)	259.604	86.932	-	259.604	172.672
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	31	35	-	(24)	42	11	-	42	31
<b>Subtotal</b>	<b>360.305</b>	<b>143.007</b>	<b>-</b>	<b>(245)</b>	<b>503.067</b>	<b>142.761</b>	<b>-</b>	<b>503.067</b>	<b>360.305</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>490.624</b>	<b>143.137</b>	<b>(195)</b>	<b>462</b>	<b>634.028</b>	<b>143.403</b>	<b>(55.700)</b>	<b>578.328</b>	<b>438.887</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,62%	906	(485)	421	452
Máquinas e equipamentos	3,84%	127.927	(54.466)	73.461	76.751
Móveis e utensílios		5	(5)	-	-
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,63%	734	(265)	469	415
Máquinas e equipamentos	6,63%	1.214	(327)	887	940
Veículos		149	(149)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	26	(3)	23	24
		<b>130.961</b>	<b>(55.700)</b>	<b>75.261</b>	<b>78.582</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		503.025	-	503.025	360.274
Administração		42	-	42	31
		<b>503.067</b>	<b>-</b>	<b>503.067</b>	<b>360.305</b>
		<b>634.028</b>	<b>(55.700)</b>	<b>578.328</b>	<b>438.887</b>

### (d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	69.694	-	69.694
Máquinas e equipamentos	43.055	1.793	-	44.848
A ratear	-	19.000	-	19.000
Desenvolvimento de projetos	-	8.525	1	8.526
Depósitos judiciais	-	938	-	938
<b>Total das adições</b>	<b>43.055</b>	<b>99.950</b>	<b>1</b>	<b>143.006</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

#### a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
<b>Transmissão</b>									
Servidões	13.602	-	-	-	13.602	-	-	13.602	13.602
<b>Administração</b>									
Softwares	1.082	-	-	-	1.082	-	(1.082)	-	2
<b>Subtotal</b>	<b>14.684</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.684</b>	<b>-</b>	<b>(1.082)</b>	<b>13.602</b>	<b>13.604</b>

#### b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
<b>Transmissão</b>									
Servidões	38.453	-	-	(462)	37.991	(462)	-	37.991	38.453
<b>Subtotal</b>	<b>38.453</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(462)</b>	<b>37.991</b>	<b>(462)</b>	<b>-</b>	<b>37.991</b>	<b>38.453</b>
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>53.137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(462)</b>	<b>52.675</b>	<b>(462)</b>	<b>(1.082)</b>	<b>51.593</b>	<b>52.057</b>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## c) Taxas anuais de amortização

		2023		2022	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Serviços	-	13.602	-	13.602	13.602
Administração					
Softwares	-	1.082	(1.082)	-	2
		<b>14.684</b>	<b>(1.082)</b>	<b>13.602</b>	<b>13.604</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		37.991	-	37.991	38.453
		<b>37.991</b>	<b>-</b>	<b>37.991</b>	<b>38.453</b>
		<b>52.675</b>	<b>(1.082)</b>	<b>51.593</b>	<b>52.057</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.846 (R\$8.056 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

### 11 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	286	126
Contribuição social	179	76
COFINS	144	61
PIS	31	13
INSS	467	516
ISS	43	918
Imposto de renda retido na fonte	28	-
ICMS	1.652	148
Outros	56	66
	<u><u>2.886</u></u>	<u><u>1.924</u></u>

### 12 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	156	31
	<u><u>156</u></u>	<u><u>31</u></u>
Circulante	55	23
Não circulante	<u><u>101</u></u>	<u><u>8</u></u>

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

### 13 Provisões

#### (a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui dez ações cíveis-fundiárias no valor de R\$1.496 com probabilidade de perda provável (R\$333 em 2022).

### (b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 41 ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo de natureza cível-fundiário no valor de, no valor de R\$3.886 (R\$2.440 em 2022).

## 14 Patrimônio Líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 28 de março de 2024 e disponibilizadas em 02 de abril de 2024.

### (a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 563.722.892 e, em 31 de dezembro de 2022 é de 494.722.892 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R\$551.073 (R\$428.907 em 2022) e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 22 de junho de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R\$410.000, que será integralizado até 01 de julho de 2027.

Em 27 de junho de 2023, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R\$69.000, que será integralizado até 31 de dezembro de 2027.

Em 2023, foi integralizado em caixa, o valor de R\$122.166.

### (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

### (c) Reservas de lucros

Em 2022, o prejuízo do exercício apresentado nas demonstrações financeiras societárias, no valor de R\$33.586, foi absorvido parcialmente pelos saldos das reservas legal, retenção de lucros e reserva especial de dividendo não distribuído, constituídas em exercícios anteriores, conforme previsto na legislação societária.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva de retenção de lucros (i)	86.149	59.560
	<u>86.149</u>	<u>59.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (i) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

### 15 Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receita bruta</b>		
Rede básica	<u>39.301</u>	<u>24.008</u>
	<b><u>39.301</u></b>	<b><u>24.008</u></b>

#### 15.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
004/2007	3.050	01.07.2022	01.07.2022

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

#### 15.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 15.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23			RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24	
	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Outros	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	25.283	995	-	(6.533)	19.745	(19)	19.726

(\*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
004/2007	-	19.745	(19)	-	-	-	19.726	24.585
	-	19.745	(19)	-	-	-	19.726	24.585

### 16 Resultado financeiro

	2023	2022
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	511	303
Juros ativos	1	2
Variações monetárias	-	2
Outras	199	4
	711	311
<b>Despesas</b>		
Juros sobre arrendamento	(5)	(23)
Juros passivo	(30)	-
Variações monetárias	(1)	-
Multas	(114)	-
Outras	(61)	(41)
	(211)	(64)
	<b>500</b>	<b>247</b>

### 17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/14, o imposto de renda e contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totaliza R\$1.438 (R\$819 em 2021), que representa o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2023.

### 18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023	2022	2023	2022
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal (i)	CTEEP	210	70	(541)	(252)
Prestação de serviços (ii)	CTEEP	491	365	(6.156)	(3.667)
		<u>701</u>	<u>435</u>	<u>(6.697)</u>	<u>(3.919)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
- (i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (ii) A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

#### Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 19 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
<b>Ativos financeiros</b>			
<b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	263	949
Aplicações financeiras	2	7.657	3.774
<b><u>Empréstimos e recebíveis</u></b>			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	4.937	1.628
Não circulante	-	82	172
<b>Passivos financeiros</b>			
<b><u>Custo amortizado</u></b>			
Arrendamento			
Circulante	-	80	64
Não circulante	-	402	368
Fornecedores	-	2.846	8.056
Partes relacionadas	-	701	435

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

#### (b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 15).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP.
- (iv) **Risco de captação** – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	2.538	-	308	-	-	2.846	8.056
Arrendamento	6	20	54	402	-	482	432
	<b>2.544</b>	<b>20</b>	<b>362</b>	<b>402</b>	<b>-</b>	<b>3.328</b>	<b>8.488</b>

## 20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/12/22 a 01/06/24	175.315	376
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			<b>508</b>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(\*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

### **21 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	263	-	263	949	-	949
Aplicações financeiras	7.657	-	7.657	3.774	-	3.774
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	4.937	(4.937)	-	1.628	(1.628)	-
Ativo da concessão	-	42.437	42.437	-	18.101	18.101
Estoques	1.440	-	1.440	924	-	924
Serviços em curso	9	(9)	-	16	(16)	-
Tributos e contribuições a compensar	13	-	13	24	-	24
Despesas pagas antecipadamente	170	-	170	-	-	-
Outros	1.606	(1.596)	10	1.486	(1.477)	9
	<b>16.095</b>	<b>35.895</b>	<b>51.990</b>	<b>8.801</b>	<b>14.980</b>	<b>23.781</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	82	(82)	-	172	(172)	-
Ativo da concessão	-	520.734	520.734	-	420.181	420.181
Estoques	-	245	245	-	407	407
PIS e COFINS diferidos	31	(31)	-	-	-	-
	<b>113</b>	<b>520.866</b>	<b>520.979</b>	<b>172</b>	<b>420.416</b>	<b>420.588</b>
Imobilizado	578.328	(577.764)	564	438.887	(438.407)	480
Intangível	51.593	(51.593)	-	52.057	(52.055)	2
	<b>629.921</b>	<b>(629.357)</b>	<b>564</b>	<b>490.944</b>	<b>(490.462)</b>	<b>482</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>646.129</b>	<b>(72.596)</b>	<b>573.533</b>	<b>499.917</b>	<b>(55.066)</b>	<b>444.851</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
Passivo	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo circulante</b>						
Fornecedores	2.846	-	2.846	8.056	-	8.056
Arrendamentos	80	-	80	64	-	64
Tributos e encargos sociais a recolher	2.886	-	2.886	1.924	-	1.924
Encargos regulatórios a recolher	55	-	55	23	-	23
Partes relacionadas	701	-	701	435	-	435
Outros	309	-	309	230	-	230
	<u>6.877</u>	<u>-</u>	<u>6.877</u>	<u>10.732</u>	<u>-</u>	<u>10.732</u>
<b>Passivo não circulante</b>						
Arrendamentos	402	-	402	368	-	368
Provisões	1.496	-	1.496	333	-	333
Encargos regulatórios a recolher	101	-	101	8	-	8
PIS COFINS Diferidos	-	20.341	20.341	-	15.908	15.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	17.186	17.217	9	13.461	13.470
	<u>2.030</u>	<u>37.527</u>	<u>39.557</u>	<u>718</u>	<u>29.369</u>	<u>30.087</u>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>8.907</u></b>	<b><u>37.527</u></b>	<b><u>46.434</u></b>	<b><u>11.450</u></b>	<b><u>29.369</u></b>	<b><u>40.819</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	551.073	-	551.073	428.907	-	428.907
Reservas de lucros	86.149	(86.149)	-	59.560	(59.560)	-
Prejuízo acumulado	-	(23.974)	(23.974)	-	(24.875)	(24.875)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>637.222</u></b>	<b><u>(110.123)</u></b>	<b><u>527.099</u></b>	<b><u>488.467</u></b>	<b><u>(84.435)</u></b>	<b><u>404.032</u></b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b><u>646.129</u></b>	<b><u>(72.596)</u></b>	<b><u>573.533</u></b>	<b><u>499.917</u></b>	<b><u>(55.066)</u></b>	<b><u>444.851</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>						
Disponibilização do sistema de transmissão	39.301	121.670	160.971	24.008	279.698	303.706
	39.301	121.670	160.971	24.008	279.698	303.706
<b>Tributos</b>						
PIS	(256)	(791)	(1.047)	(156)	(1.818)	(1.974)
COFINS	(1.180)	(3.651)	(4.831)	(721)	(8.391)	(9.112)
	(1.436)	(4.442)	(5.878)	(877)	(10.209)	(11.086)
<b>Encargos</b>						
Reserva Global de Reversão – RGR	(627)	-	(627)	(550)	-	(550)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(77)	-	(77)	(87)	-	(87)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(368)	-	(368)	(223)	-	(223)
	(1.072)	-	(1.072)	(860)	-	(860)
<b>Receita líquida</b>	<b>36.793</b>	<b>117.228</b>	<b>154.021</b>	<b>22.271</b>	<b>269.489</b>	<b>291.760</b>
<b>Custos e despesas</b>						
Pessoal	(462)	462	-	(214)	214	-
Material	(354)	(43.182)	(43.536)	(193)	(184.293)	(184.486)
Serviços de terceiros	(6.962)	(99.474)	(106.436)	(5.272)	(126.227)	(131.499)
Provisões para demandas judiciais	140	(516)	(376)	(8)	(46)	(54)
Depreciação e amortização	(4.049)	3.966	(83)	(3.981)	3.912	(69)
Seguros	(209)	-	(209)	(50)	-	(50)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(11)	-	(11)
Arrendamento e aluguéis	(191)	-	(191)	(165)	-	(165)
Tributos	(4)	-	(4)	(3)	-	(3)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.918	-	2.918	(2.267)	5.775	3.508
Gastos diversos	(93)	(425)	(518)	(62)	(3.167)	(3.229)
	(9.266)	(139.169)	(148.438)	(12.226)	(303.832)	(316.058)
<b>Resultado da atividade</b>	<b>27.527</b>	<b>(21.941)</b>	<b>5.586</b>	<b>10.045</b>	<b>(34.343)</b>	<b>(24.298)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2023			2022		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	711	-	711	311	-	311
Despesas financeiras	(211)	-	(211)	(64)	14	(50)
	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>500</b>	<b>247</b>	<b>14</b>	<b>261</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>28.027</b>	<b>(21.941)</b>	<b>6.086</b>	<b>10.292</b>	<b>(34.329)</b>	<b>(24.037)</b>
Despesas com impostos	(1.438)	(3.747)	(5.185)	(821)	(8.728)	(9.549)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>26.589</b>	<b>(25.688)</b>	<b>901</b>	<b>9.471</b>	<b>(43.057)</b>	<b>(33.586)</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 21.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção, classificados em:

#### (a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### (b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 21.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 e CPC 47.

### 21.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

### 21.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>527.099</b>	<b>404.032</b>
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(556.761)	(435.396)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	629.357	490.462
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	17.186	13.461
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	20.341	15.908
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b><u>637.222</u></b>	<b><u>488.467</u></b>

### 21.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Lucro (prejuízo) societário do exercício</b>	<b>901</b>	<b>(33.586)</b>
Receita bruta (CPC 47)	(121.670)	(279.698)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	4.442	10.209
Depreciação e amortização (CPC 47)	(3.966)	(3.912)
Custos operacionais (CPC 47)	143.135	307.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	3.747	8.728
Outras despesas financeiras CPC 02)	-	(14)
<b>Lucro regulatório do exercício</b>	<b><u>26.589</u></b>	<b><u>9.471</u></b>

\*\*\*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores  
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações financeiras societárias*

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 28 de março de 2024.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

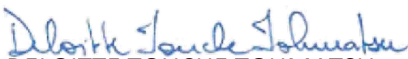
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5